

REGULAMENTO DE GESTÃO

“R INVEST”

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO

Data de Atualização:
15 de maio de 2019

A autorização do organismo de investimento coletivo pela CMVM baseia-se em critérios de legalidade, não envolvendo por parte desta qualquer garantia quanto à suficiência, à veracidade, à objetividade ou à atualidade da informação prestada pela entidade responsável pela gestão, nem qualquer juízo sobre a qualidade dos valores que integram o património do organismo de investimento coletivo.

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| Capítulo I..... | 4 |
| INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O FUNDO, A SOCIEDADE GESTORA E OUTRAS ENTIDADES..... | 4 |
| ARTIGO 1º | 4 |
| (O Fundo)..... | 4 |
| ARTIGO 2º | 6 |
| (A Entidade Gestora)..... | 6 |
| ARTIGO 3º | 15 |
| (Depositário)..... | 15 |
| ARTIGO 4º | 17 |
| (Entidade Colocadora)..... | 17 |
| ARTIGO 5º | 17 |
| (Os Peritos Avaliadores)..... | 17 |
| ARTIGO 6º | 19 |
| (As Entidades Subcontratadas) | 19 |
| ARTIGO 7º | 19 |
| (Auditores)..... | 19 |
| Capítulo II..... | 19 |
| POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO E POLÍTICA DE RENDIMENTOS..... | 19 |
| ARTIGO 8º | 19 |
| (Política de Investimento do Fundo) | 19 |
| ARTIGO 9º | 20 |
| (Parâmetros de Referência (benchmark))..... | 20 |
| ARTIGO 10º | 20 |
| (Limites ao Investimento) | 20 |
| ARTIGO 11º | 21 |
| (Limites de Endividamento) | 21 |
| ARTIGO 12º | 21 |
| (Características Especiais do Organismo de Investimento Coletivo) | 21 |
| ARTIGO 13º | 21 |
| (Instrumentos Financeiros Derivados e Operações de Reporte ou Empréstimo)..... | 21 |
| ARTIGO 14º | 21 |
| (Valorização dos Ativos)..... | 21 |
| ARTIGO 15º | 25 |
| (Comissões e encargos a suportar pelo Fundo) | 25 |
| ARTIGO 16º | 28 |
| (Política de distribuição de rendimentos) | 28 |
| Capítulo III..... | 28 |
| Unidades de Participação e Condições de Subscrição, Transferência, Resgate ou Reembolso | 28 |
| ARTIGO 17º | 28 |
| (Características Gerais das Unidades de Participação)..... | 28 |
| ARTIGO 18º | 29 |
| (Valor da Unidade de Participação) | 29 |
| ARTIGO 19º | 29 |

| | |
|---|----|
| (Períodos de Subscrição e Resgates) | 29 |
| ARTIGO 20º | 30 |
| (Subscrições e Resgates em Numerário ou em Espécie) | 30 |
| ARTIGO 21º | 30 |
| (Condições de Subscrição) | 30 |
| ARTIGO 22º | 30 |
| (Condições de Resgate) | 30 |
| Capítulo IV | 31 |
| Direitos e Obrigações dos Participantes | 31 |
| ARTIGO 23º | 31 |
| (Direitos e Obrigações dos Participantes) | 31 |
| ARTIGO 24º | 33 |
| (Assembleia de Participantes) | 33 |
| ARTIGO 25º | 34 |
| (Comité Consultivo) | 34 |
| Capítulo V | 34 |
| Condições de Liquidação do Fundo | 34 |
| ARTIGO 26º | 34 |
| (Condições de Liquidação do Fundo) | 34 |
| Capítulo VI | 35 |
| DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO | 35 |
| ARTIGO 27º | 35 |
| (Valor da Unidade de Participação) | 35 |
| ARTIGO 28º | 35 |
| (Divulgação da Composição da Carteira) | 35 |
| ARTIGO 29º | 35 |
| (Documentação do Fundo) | 35 |
| Capítulo VII | 36 |
| CONTAS DO Fundo | 36 |
| ARTIGO 30º | 36 |
| (Relatório e Contas do Fundo) | 36 |
| Capítulo VIII | 36 |
| REGIME FISCAL | 36 |
| ARTIGO 31º | 36 |
| (Regime Fiscal) | 36 |

Capítulo I

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O FUNDO, A SOCIEDADE GESTORA E OUTRAS ENTIDADES

ARTIGO 1.º

(O Fundo)

1. O Fundo denomina-se "R INVEST – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado", de ora em diante abreviadamente designado por Fundo.
2. O Fundo foi constituído como um organismo especial de investimento imobiliário fechado de subscrição particular e duração determinada obedecendo ao regime estipulado na Divisão IV da subsecção I da secção I do Capítulo III da Lei 16/2015, de 24 de fevereiro, que aprovou o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, de ora em diante abreviadamente designado por "RGOIC".
3. O Fundo é um património autónomo pertencente, no regime especial de comunhão, a uma pluralidade de pessoas, singulares ou coletivas, designadas participantes. O Fundo não responde, em caso algum, pelas dívidas dos seus participantes ou da Entidade Gestora, Depositário, Entidades Colocadoras ou de outros organismos de investimento coletivo, respondendo o seu património apenas pelas dívidas do Fundo, conforme regulado pela Lei 16/2015.
4. O Fundo foi autorizado em 11 de setembro de 2008, por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, adiante designada abreviadamente "CMVM", tendo sido constituído em 09 de março de 2009 por um prazo inicial de 10 (dez) anos, contados a partir da data da sua constituição.
5. O prazo de duração do Fundo é prorrogável por períodos subsequentes de 10 anos desde que deliberada em Assembleia de participantes e aprovada pela CMVM;
6. O capital investido na subscrição inicial, na aquisição de valores imobiliários e mobiliários, foi de € 5.300.000,00 (cinco milhões e trezentos mil euros) e encontra-se dividido em 53.000 Unidades de Participação com o valor inicial de subscrição de € 100,00 (cem euros) cada.

7. A subscrição inicial decorreu entre o primeiro e o centésimo septuagésimo nono dia subsequente à notificação de autorização por parte da CMVM.
8. No caso de subscrição incompleta no final do período de oferta, o Fundo ficará reduzido ao número de unidades de participação e ao montante efetivamente subscrito, não podendo, no entanto, ser inferior a € 5.000.000,00 (cinco milhões de euros), montante exigido desde o primeiro dia de atividade do Fundo.
9. No caso da subscrição exceder o número de unidades de participação e o montante inicialmente previsto para a constituição do Fundo, deverá ser efetuado o rateio entre os participantes das unidades de participação a subscrever.
10. Não existem garantias, prestadas por terceiros, de reembolso de capital ou de pagamento de rendimentos;
11. O Fundo liquida-se no seu vencimento caso não seja deliberada a sua prorrogação em Assembleia de Participantes e obtida a respetiva aprovação pela CMVM;
12. Sob proposta fundamentada da Entidade Gestora e na defesa dos interesses dos participantes, poderão ser realizados aumentos e reduções de capital, nos seguintes termos e sem prejuízo das condições legalmente previstas: Mediante deliberação da Assembleia de Participantes, que deverá fixar consoante o tipo de operação:

Aumentos de Capital:

- O montante do aumento de capital;
- Os períodos de subscrição das Unidades de Participação emitidas em razão do aumento de capital;
- As condições de participação no aumento de capital e a eventual existência de direito de preferência dos Participantes na subscrição das Unidades de Participação a emitir.

Reduções de Capital:

- O montante da redução de capital;
- As condições e o prazo de realização da redução do capital se efetuará tendo em conta a situação e a liquidez patrimonial do Fundo.

Em caso de aumento de capital do Fundo o limite de imóveis e de outros ativos equiparáveis deve ser respeitado no prazo de 1 ano a contar da data do aumento de capital, relativamente ao montante do aumento.

É permitida a “liquidação em espécie” nos atos de aumento, redução e liquidação do Fundo desde que a mesma tenha sido autorizada por todos os participantes

13. Data da última atualização deste Regulamento de Gestão: 22 de Novembro de 2018.
14. Número de participantes do Fundo em 31 de dezembro de 2017
15. A 4 de setembro de 2018, foi aprovada pela Assembleia de Participantes do Fundo, que este fosse prorrogado por um período de 10 anos, até 9 de março de 2029.

ARTIGO 2º

(A Entidade Gestora¹)

1. A administração, gestão e representação do Fundo compete, por mandato dos participantes, que se considera atribuído por simples subscrição das unidades de participação, e que se mantém enquanto essa participação subsistir, à GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (adiante a “GNB-FII” ou “Entidade Gestora”), com sede na Rua Castilho 26, 4º Andar em Lisboa.
2. A GNB-FII é uma sociedade anónima, cujo capital social, inteiramente realizado, é de 1.250.000,00€ (um milhão, duzentos e cinquenta mil Euros).
3. A GNB-FII iniciou a sua atividade em 24 de março de 1992 por duração indeterminada, e encontra-se registada na CMVM como intermediário financeiro autorizado desde 5 de janeiro de 1996.
4. A composição dos Órgãos Sociais da Entidade Gestora é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Dr. Pedro Moreira de Almeida Queiroz de Barros

Secretário

Dr. Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho

¹ A administração do Fundo cabe à GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. por autorização da CMVM de 08/02/2018. Até 26/03/2018 a administração do Fundo foi efetuada pela INTERFUNDOS – Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A..

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Presidente**

Dr. Volkert Reig Schmidt

Vogais

Dra. Ana Paula Saraiva Marcelo Grave Rodrigues

Dr. Nelson José Pereira Marques Martins

Independente

Dr. Francisco Manuel da Silva Dias

CONSELHO FISCAL**Presidente**

Dr. António Joaquim Andrade Gonçalves

Vogais

Dr. Joaquim Manuel da Silva Neves

Dr. Paulo Ribeiro da Silva

Vogal Suplente

José Maria Ribeiro da Cunha

As principais funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração fora da Entidade Gestora são os seguintes:

- Dra. Ana Paula Saraiva Marcelo Grave Rodrigues,

Vogal do Conselho de Administração:

GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A.

GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

GNB – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

Novo Activos Financieros España, S.A Novo Banco Gestión, SGIIC., S.A,

Novo Banco Pensiones, E.G.F.P., S.A.

- Dr. Nelson José Pereira Marques Martins

Vogal do Conselho de Administração:

GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A.

GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

GNB – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

GNB – International Management, S.A.

5. A Entidade Gestora encontra-se integrada na Holding GNB - Gestão de Ativos, SGPS, S.A., conjuntamente com a GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., a GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., a GNB –

Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., a GNB-International Management S.A. e a Novo Activos Financieros España, S.A., Novo Banco Gestión, SGIIC., S.A.; Novo Banco Pensiones, E.G.F.P., S.A..

6. A GNB - Gestão de Ativos, SGPS, S.A., é detida em 100% pelo NOVO BANCO S.A..
7. Compete à Entidade Gestora administrar e gerir o investimento adotando um elevado grau de diligência na seleção e no acompanhamento contínuo dos investimentos, praticando os atos e operações necessários à boa concretização da política de investimento, em especial:
 - a) A gestão do património, incluindo a seleção, aquisição e alienação dos ativos, cumprindo as formalidades necessárias para a sua válida e regular transmissão e o exercício dos direitos relacionados com os mesmos;
 - b) A gestão do risco associado ao investimento incluindo a sua identificação, avaliação e acompanhamento.
 - c) Selecionar os valores que devem constituir o Fundo, de acordo com a política de investimentos prevista no presente Regulamento de Gestão;
 - d) Administrar imóveis, gerir instalações e controlar e supervisionar o desenvolvimento dos projetos objeto de promoção imobiliária nas suas respetivas fases;
 - e) Prestar os serviços necessários ao cumprimento das suas obrigações fiduciárias;
 - f) Prestar os serviços jurídicos e de contabilidade necessários à gestão dos organismos de investimento coletivo, sem prejuízo da legislação específica aplicável a estas atividades;
 - g) Prestar outros serviços relacionados com a gestão do organismo de investimento alternativo e ativos, incluindo sociedades, em que tenha investido por conta do Fundo;
 - h) Garantir que os participantes dos organismos de investimento coletivo que gere são tratados equitativamente, abstendo-se de colocar os interesses de um grupo de participantes acima dos interesses de qualquer outro grupo de participantes;
 - i) Esclarecer e analisar as questões e reclamações dos participantes;
 - j) Assegurar o estabelecimento de procedimentos apropriados e coerentes para se poder efetuar uma valorização correta e independente dos ativos sob gestão;

- k) Avaliar a carteira e determinar o valor das unidades de participação e emitir declarações fiscais;
 - l) Emitir, em ligação com o depositário, as unidades de participação e autorizar o seu reembolso;
 - m) Cumprir e controlar a observância das normas aplicáveis, dos documentos constitutivos dos organismos de investimento coletivo e dos contratos celebrados no âmbito da atividade do Fundo;
 - n) Assegurar-se que não são cobrados ou imputados ao Fundo, ou aos seus participantes, custos que não se encontrem previstos nos respetivos documentos constitutivos;
 - o) Proceder ao registo dos participantes, caso aplicável;
 - p) Emitir, resgatar ou reembolsar unidades de participação;
 - q) Efetuar os procedimentos de liquidação e compensação, incluindo o envio de certificados;
 - r) Registrar e conservar os documentos do Fundo;
 - s) Comercializar as unidades de participação dos organismos de investimento coletivo sob gestão;
 - t) Tomar as decisões necessárias no âmbito da política de distribuição de rendimentos do Fundo e efetuar as operações adequadas à respetiva execução;
 - u) Dar cumprimento aos deveres de informação estabelecidos por lei ou pelo regulamento de gestão.
8. No exercício das suas atribuições, a Entidade Gestora observará os condicionalismos legais em vigor, nomeadamente os que se referem às operações especialmente vedadas.
9. A substituição da Entidade Gestora depende da deliberação da Assembleia de Participantes (exceto quando por iniciativa da Entidade Gestora se verifique a transferência dos poderes de administração e da estrutura de recursos humanos, materiais e técnicos para uma entidade gestora integrada no mesmo grupo económico) e da autorização da CMVM, a qual é notificada à Entidade Gestora no prazo de 15 dias, a contar da receção do pedido, tornando-se eficaz 40 dias após a data de notificação da decisão de deferimento ou após o decurso daquele prazo, ou em data posterior indicada pela Entidade Gestora.

10. A Entidade Gestora e o Depositário respondem solidariamente perante os participantes pelo cumprimento das obrigações contraídas nos termos da lei e do presente Regulamento de Gestão.
11. A Entidade Gestora e o Depositário respondem, designadamente, pelos prejuízos causados aos participantes em consequência de erros e irregularidades na valorização do património do Fundo e na distribuição dos resultados, estando definido no Regulamento da CMVM n.º 2/2015, os termos de prestação das informações à CMVM e as condições em que os participantes devem ser compensados.
12. O recurso por parte da Entidade Gestora a serviços de terceiras entidades não afeta a responsabilidade prevista nos n.ºs 10 e 11 do presente artigo.
13. No âmbito da sua atividade, a Entidade Gestora tem sob gestão os seguintes fundos:

Elementos a 31 de dezembro de 2018

| Denominação | Tipo | Política de Investimento | VLGF (Milhares de Euros) | Nº Participantes |
|-------------------------|---------------|--|-----------------------------|---------------------|
| NB Património | Fundo Aberto | O Fundo investe em valores imobiliários (como por exemplo hotéis, terrenos, centros comerciais, escritórios, armazéns, habitações, agências bancárias e outros), liquidez e fundos imobiliários. | 220.198.021,33 | 1380 |
| NB Logística | Fundo Aberto | O Fundo investirá em valores imobiliários na sua maioria ligados à logística e distribuição, e acessoriamente em liquidez e fundos imobiliários, decidindo a Entidade Gestora, em cada momento, dentro dos limites exigidos por lei, qual a proporção ideal. | 38.987.376,89 | 46 |
| NB Reconversão Urbana * | Fundo Fechado | Realização de projetos de construção e de reabilitação de imóveis para revenda, arrendamento ou outras formas de exploração onerosa. | 3.084.861,10 | 66 |
| Imovalor | Fundo Fechado | Aquisição de terrenos (nos termos do Parecer Genérico emitido pela CMVM) destinados a projetos de urbanização ou de construção. | 34.406.704,92 | 4 |
| Rendifundo | Fundo Fechado | Aquisição de imóveis acabados destinados a escritórios, comércio ou serviços que se enquadrem no mercado de arrendamento e de compra e venda. | 10.181.066,03 | 2 |

| Denominação | Tipo | Política de Investimento | VLGF (Milhares de Euros) | Nº Participantes |
|-----------------------------|---------------|--|-----------------------------|---------------------|
| NB Reconversão Urbana II ** | Fundo Fechado | Realização de projetos de construção e de reabilitação de imóveis, para revenda, arrendamento ou outras formas de exploração onerosa. | 3.482.103,14 | 47 |
| NB Alta Vista | Fundo Fechado | Realização de projetos de construção, para revenda, arrendamento ou outras formas de exploração onerosa. | 7.326.034,19 | 7 |
| Arrábida | Fundo Fechado | Aquisição de imóveis destinados ao arrendamento. O arrendamento não se encontra sujeito a qualquer limite de concentração. | 24.371.337,75 | 3 |
| Edifundo *** | Fundo Fechado | Aquisição de imóveis destinados ao arrendamento, venda ou valorização consoante as condições de mercado. | -28.059.734,36 | 1 |
| Five Stars | Fundo Fechado | Aquisição de imóveis destinados ao arrendamento, venda ou valorização consoante as condições de mercado. | 3.923.338,71 | 2 |
| FundoCantial *** | Fundo Fechado | Desenvolvimento de projetos de urbanização e construção de imóveis destinados nomeadamente a habitação, escritórios, comércio e serviços para sua posterior venda ou arrendamento. | -23.944.291,04 | 2 |
| Imoarruda | Fundo Fechado | Aquisição de imóveis destinados ao arrendamento. | 7.297.743,38 | 5 |
| MGE *** | Fundo Fechado | Aquisição de imóveis destinados ao arrendamento, venda ou valorização consoante as condições de mercado. | -668.458,55 | 2 |
| Guebar | Fundo Fechado | Aquisição de prédios urbanos ou frações autónomas para valorização ou para arrendamento, consoante as condições de mercado. | 10.902.349,47 | 34 |
| Costa Atlântica *** | Fundo Fechado | Aquisição de imóveis urbanos ou frações autónomas destinadas a logística, comércio, habitação e serviços, entre outras funções imobiliárias. | 4.254.323,92 | 3 |
| Gestindustria | Fundo Fechado | Desenvolvimento de projetos de urbanização e construção de imóveis para sua posterior venda, arrendamento ou valorização consoante as condições de mercado à data. | 6.697.100,40 | 1 |
| Promofundo | Fundo Fechado | Desenvolvimento de projetos de urbanização e construção de imóveis para sua posterior venda, arrendamento ou valorização consoante as condições de mercado à data. | 23.037.629,68 | 1 |
| ACIF** | Fundo Fechado | Desenvolvimento de projetos de urbanização e construção de imóveis para sua posterior venda, arrendamento ou valorização consoante as condições de mercado à data. | 4.729.141,37 | 1 |

| Denominação | Tipo | Política de Investimento | VLGF (Milhares de Euros) | Nº Participantes |
|-----------------|---------------|--|-----------------------------|---------------------|
| NB Arrendamento | Fundo Fechado | Constituído pelos ativos que, nos termos e condições estabelecidas nas disposições legais e regulamentares aplicáveis, são passíveis de integrar o património dos fundos de investimento imobiliários fechados para arrendamento habitacional de subscrição particular, nomeadamente em valores imobiliários ou outros ativos equiparáveis e acessoriamente em liquidez e participações em sociedades imobiliárias e Unidades de Participação em outros Fundos Imobiliários. | 6.781.386,33 | 1 |
| Unicampus | Fundo Fechado | Desenvolvimento de projetos de urbanização e construção de imóveis para sua posterior venda, arrendamento ou valorização consoante as condições de mercado à data. | 12.114.971,61 | 7 |
| Asas Invest | Fundo Fechado | Aquisição de imóveis urbanos ou frações autónomas destinadas a serviços, logística, comércio, habitação e serviços, entre outras funções imobiliárias. | 1.018.778,50 | 1 |
| Imocais | Fundo Fechado | Desenvolvimento de projetos de urbanização e construção de imóveis para sua posterior venda, arrendamento, cessão de exploração, trespasse ou qualquer outra forma de exploração onerosa ou valorização consoante as condições de mercado à data. | 21.025.946,38 | 1 |
| Tavira | Fundo Fechado | Aquisição de imóveis urbanos ou frações autónomas destinadas a serviços, logística, comércio, habitação e serviços, entre outras funções imobiliárias. | 2.914.778,84 | 3 |
| Prediloc | Fundo Fechado | Aplicação das poupanças recebidas dos participantes no investimento efetuado no mercado imobiliário procurando, através da sua política de investimentos, criar condições de rentabilidade, segurança e liquidez, não privilegiando nenhuma área em particular da atividade imobiliária. | 19.254.215,31 | 1 |
| Lisbon Urban | Fundo Fechado | Alcançar, numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização satisfatória do capital, através da constituição e gestão de um conjunto diversificado de ativos, predominantemente imobiliários | 2.145.607,38 | 2 |
| Lamego Premium* | Fundo Fechado | Aquisição, do direito de propriedade, de superfície ou de outros direitos com conteúdo equivalente, de prédios urbanos, mistos ou rústicos. | 8.787.118,19 | 3 |

| Denominação | Tipo | Política de Investimento | VLGF (Milhares de Euros) | Nº Participantes |
|-----------------------|---------------|--|-----------------------------|---------------------|
| CIMÓVEL | Fundo Fechado | Aquisição de imóveis para arrendamento destinados prioritariamente a serviços e à indústria, podendo investir também no desenvolvimento de projetos de construção, destinados a revenda, a arrendamento, ou a outra forma de exploração onerosa permitida por lei, ocupados ou não. | 47.247.804,55 | 14 |
| FUNGERE | Fundo Aberto | Aquisição de bens imóveis com vista à concretização de projetos de investimento de reestruturação, racionalização ou conversão financeira. | 140.955.844,97 | 4 |
| FUNGEPI NOVO BANCO | Fundo Aberto | Aquisição de bens imóveis não afetos à exploração, de empresas que pretendam concretizar projetos de investimento, de reestruturação, racionalização ou conversão, tecnológica e financeira ou de internacionalização, com a constituição e gestão de uma carteira de valores constituída por um conjunto diversificado de ativos, predominantemente imobiliários. | 129.948.521,97 | 2 |
| FUNGEPI NOVO BANCO II | Fundo Aberto | Aquisição de bens imóveis não afetos à exploração, de empresas que pretendam concretizar projetos de investimento, de reestruturação, racionalização ou conversão, tecnológica e financeira ou de internacionalização, com a constituição e gestão de uma carteira de valores constituída por um conjunto diversificado de ativos, predominantemente imobiliários. | 173.748.713,92 | 2 |
| FUNDES | Fundo Fechado | O objetivo de investimento do FUNDO é o de alcançar, numa perspetiva de longo prazo, uma valorização satisfatória do capital, através da constituição e gestão de um conjunto diversificado de ativos, predominantemente imobiliários, nos termos e segundo as regras previstas neste Regulamento, e baseado em critérios de prudência, estabilidade, escolha criteriosa e rentabilidade, de forma a acautelar e valorizar os interesses dos Participantes | 109.948.920,11 | 1 |
| FIMES ORIENTE | Fundo Fechado | Promover e desenvolver os terrenos destinados à construção de que é proprietário | 262.253.042,30 | 1 |

| Denominação | Tipo | Política de Investimento | VLGF (Milhares de Euros) | Nº Participantes |
|---------------------------|---------------|---|-----------------------------|---------------------|
| INVEFUNDOS VII | Fundo Fechado | Promover e desenvolver, em Portugal, privilegiando a região do Algarve, projetos imobiliários de loteamento e construção em terrenos de sua propriedade e de clara aptidão para o efeito, nos termos da legislação e vigor, seja para habitação, seja para comércio ou serviços, bem como a adquirir imóveis que serão destinados à venda e a arrendamento, distribuindo estes projetos e imóveis de acordo com os parâmetros previstos na lei. | 24.485.863,01 | 1 |
| SOLID | Fundo Fechado | Alcançar, numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários | 7.799.871,56 | 1 |
| Imoinvestimento | Fundo Fechado | O Fundo orientará a sua política de investimento numa perspetiva de médio e longo prazo, através de uma criteriosa seleção dos valores, predominantemente imobiliários, que permitam gerar rendimento para o Fundo através das rendas dos imóveis, do desenvolvimento de projetos de construção e de reabilitação de imóveis, e pela sua valorização, não privilegiando nenhuma área particular de atividade | 83.715.806,74 | 1 |
| Imogestão | Fundo Fechado | O Fundo orientará ainda a sua política de investimentos, entre outros pelo desenvolvimento de projetos de urbanização e construção de imóveis para sua posterior venda ou arrendamento, pela aquisição de imóveis urbanos ou frações autónomas destinadas a logística, comércio, habitação e serviços. | 47.138.602,22 | 2 |
| R Invest | Fundo Fechado | O Fundo investirá, preferencialmente no desenvolvimento de projetos de construção destinados a logística, comércio, habitação, e serviços para posterior venda ou arrendamento, em imóveis urbanos ou suas frações autónomas, para valorização ou para arrendamento. | 4.420.203,30 | 1 |
| Orey Reabilitação Urbana | Fundo Fechado | O Fundo irá privilegiar o investimento no desenvolvimento de projetos de construção ou reabilitação de imóveis para habitação. | 3.461.416,10 | 1 |
| Nº TOTAL DE FUNDOS | 38 | | 2.991.840.480,72 | 1.648 |

* Liquidado

** Em Liquidação

.*** Insolvente

ARTIGO 3º

(Depositário)

1. É Depositário dos valores que constituem o Fundo, o NOVO BANCO, S.A., com sede na Av. da Liberdade, n.º 195 Lisboa, com o número único 513 204 016 de Pessoa Coletiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, e encontra-se registado na CMVM como intermediário financeiro desde 26 de setembro de 2014. sob o n.º 362.
2. O Depositário obriga-se, no exercício das suas funções, a agir de modo independente e no exclusivo interesse dos participantes do Fundo, competindo-lhe, designadamente, as seguintes funções:
 - a) Cumprir a lei, os regulamentos, os Documentos Constitutivos e os contratos celebrados no âmbito da gestão do Fundo;
 - b) Guardar os ativos do Fundo, incluindo os ativos que sejam transferidos para o Fundo pelas contrapartes deste para garantia de operações de empréstimo ou de reporte de instrumentos financeiros ou de operações de derivados realizadas por conta do Fundo, e:
 - i. tendo os ativos a natureza de instrumentos financeiros suscetíveis de ser recebidos em depósito ou inscritos em registo, obriga-se a assegurar a guarda desses ativos, por registo ou por entrega física, numa conta de instrumentos financeiros aberta nos seus livros, devendo ainda assegurar que todos os instrumentos financeiros suscetíveis de registo sejam registados nos seus livros em contas separadas, em nome de cada um dos fundos, de modo a que possam a todo o tempo ser claramente identificados como pertencentes ao Fundo;
 - ii. no que respeita aos ativos referidos na subalínea anterior, deverá verificar a titularidade do Fundo sobre esses ativos bem como registar e manter atualizado o registo dos ativos relativamente aos quais essa titularidade seja comprovada, sendo essa verificação efetuada com base nas informações ou documentos facultados pela Entidade Gestora, e caso estejam disponíveis, com base em comprovativos externos.
 - c) Receber em depósito ou inscrever em registo os ativos do Fundo;

- d) Executar as instruções da Entidade Gestora relacionadas com os ativos do Fundo, salvo se as mesmas forem contrárias à lei, aos regulamentos ou aos documentos constitutivos;
 - e) Assegurar que, nas operações relativas aos ativos que integram o património do Fundo, a contrapartida lhe é entregue nos prazos conformes à prática do mercado;
 - f) Pagar aos participantes os rendimentos e o valor do resgate, reembolso ou produto da liquidação das unidades de participação;
 - g) Elaborar e manter atualizada a relação cronológica de todas as operações realizadas para o Fundo;
 - h) Elaborar mensalmente o inventário discriminado dos ativos à sua guarda e dos passivos do Fundo;
 - i) Fiscalizar e garantir perante os participantes o cumprimento da lei, dos regulamentos e dos Documentos Constitutivos, designadamente no que se refere:
 - i. à política de investimentos;
 - ii. à política de distribuição dos rendimentos dos fundos;
 - iii. ao cálculo do valor, à emissão, ao resgate, reembolso, alienação e extinção de registo das unidades de participação;
 - iv. à matéria de conflito de interesses.
 - j) Informar imediatamente a Entidade Gestora de qualquer alteração na composição dos seus órgãos de administração, devendo a Entidade Gestora notificar imediatamente a CMVM sobre a referida alteração;
 - k) Salvo no caso em que as unidades de participação estejam integradas na Central de Valores Mobiliários, será responsável pela reprodução do registo da emissão das unidades de participação representativas do património do Fundo;
 - l) Pela abertura e manutenção das contas de registo individualizado em nome de cada um dos participantes do Fundo.
3. A Entidade Gestora e o Depositário respondem solidariamente perante os Participantes pelo cumprimento das obrigações contraídas nos termos da Lei e do presente Regulamento de Gestão.
4. O recurso por parte do Depositário a serviços de terceiras entidades não afeta a responsabilidade prevista no n.º 3 do presente artigo.

5. As relações entre o Depositário e a Entidade Gestora regem-se, por contrato escrito, nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 4º
(Entidade Colocadora)

1. A entidade encarregue da colocação das Unidades de Participação do Fundo junto dos investidores será a Entidade Gestora.
2. As unidades de participação poderão ser subscritas nas instalações da Entidade Gestora.

ARTIGO 5º
(Os Peritos Avaliadores)

1. As avaliações dos ativos imobiliários que integram a carteira do Fundo são efetuadas por diferentes peritos avaliadores independentes, diretamente contratados pela Entidade Gestora, a saber:

| Peritos Avaliadores | N.º de Registo na CMVM: |
|--|--------------------------------|
| Aguirre Newman Portugal - Consultoria, Lda. | PAI/2006/0004 |
| António Manuel Braz | PAI/2013/0154 |
| António Pedro de Oliveira e Costa | PAI/2009/0070 |
| António Pedro Gomes dos Santos | PAI/2011/0100 |
| AVALIFE - Avaliação e Fiscalização de Imóveis, Lda. | PAI/2011/0039 |
| Avalengis - Avaliações de Património, Estudos e Projetos de Engenharia, Lda. | PAI/2012/0081 |
| Benege - Serviços de Engenharia e Avaliações, S.A. | PAI/2003/0006 |
| Casaol - Gestão de Projetos Imobiliários, Lda. | PAI/2006/0010 |
| Cerat - Consultores de Engenharia, SA | PAI/2005/0009 |
| CPU - Consultores de Avaliação, Lda. | PAI/2003/0014 |
| Custo Marginal - Serviços de Avaliação Imobiliária e Consultoria, Lda. | PAI/2013/0068 |
| Eleutério Félix Ferreira | PAI/2015/0109 |
| Fernando Augusto Rodrigues Couto | PAI/2009/0066 |
| Garen - Avaliações de Ativos, Lda. | PAI/2007/0019 |

| Peritos Avaliadores | N.º de Registo na CMVM: |
|--|--------------------------------|
| H - TUR, Habitação e Turismo, Lda. | PAI/2011/0124 |
| J. Curvelo, Lda. | PAI/2003/0036 |
| João Manuel dos Santos Caldeira | PAI/2012/0005 |
| J. M. Oliveira e Costa - Avaliações, Consultadoria e Projetos de Engenharia, Lda. | PAI/2011/0057 |
| J.P. Carvalho - Projetos de Engenharia e Consultoria, Sociedade Unipessoal, Limitada | PAI/2012/0057 |
| Krata - Sociedade de Avaliação de Bens, Lda. | PAI/2006/0003 |
| ECN - Projetos e Construções Lda. | PAI/2016/0185 |
| Luís Miguel Gomes Vieira | PAI/2011/0082 |
| Luso-Roux, Avaliações, Lda. | PAI/2016/0160 |
| MA2R - Consulting, Lda. | PAI/2014/0085 |
| Mencovaz - Consultoria Imobiliária e Avaliações, Lda. | PAI/2008/0011 |
| Miguel Ângelo Faria dos Santos Pereira | PAI/2016/0167 |
| More Value - Avaliações, Lda. | PAI/2014/0116 |
| Pedro Soucasaux Valério Fortuna de Carvalho | PAI/2004/0011 |
| PVW - Price, Value and Worth - Avaliação Imobiliários, Lda. | PAI/2003/0050 |
| Prime Yield - Consultadoria e Avaliação Imobiliária, Lda. | PAI/2005/0013 |
| Qualitas - Sociedade de Avaliações Técnicas, Lda. | PAI/2005/0026 |
| Rockvalue Consulting Portugal, Lda. | PAI/2011/0023 |
| Sotrimo - Global Appraisals, Lda. | PAI/2014/0169 |
| Structure Value - Sociedade de Consultadoria e Avaliação de Ativos, Lda. | PAI/2009/0047 |
| Tinsa Portugal - Avaliações e Consultadoria, S.A. | PAI/2009/0067 |
| Torres Mascarenhas, Lda. | PAI/2010/0054 |
| Urbanflow - Engenharia e Consultoria, Lda. | PAI/2012/0032 |
| Urbanprime, Lda. | PAI/2015/0018 |
| X - Yield - Sociedade de Avaliações Imobiliárias, Unipessoal Lda. | PAI/2016/0204 |

ARTIGO 6º
(As Entidades Subcontratadas)

Não existem entidades subcontratadas pela Entidade Gestora nos termos e para os efeitos do previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 76º do RGOIC.

ARTIGO 7º
(Auditores)

As contas do FUNDO são auditadas pela Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 235 e inscrita na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o n.º 20161528, com sede no Edifício Taurus, Campo Pequeno, n.º 48, 4.º Dto., 1000-081 Lisboa, representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 979, inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o n.º 20160596 ou por qualquer um dos sócios ou Revisores Oficiais de Contas contratados.

Capítulo II

POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO PATRIMÓNIO DO FUNDO E POLÍTICA DE RENDIMENTOS

ARTIGO 8º
(Política de Investimento do Fundo)

1. O Fundo tem como objetivo a aplicação das poupanças recebidas dos participantes no investimento no mercado imobiliário procurando, através da sua política de investimentos, criar condições de rentabilidade, segurança e liquidez, não privilegiando nenhuma área em particular da atividade imobiliária.
2. Sem prejuízo dos Artigos 10º e 11º do presente regulamento, o Fundo pode investir:
 - a) No desenvolvimento de projetos de construção destinados a logística, comércio, habitação, e serviços para posterior venda ou arrendamento.
 - b) Em imóveis urbanos ou suas frações autónomas, para valorização ou para arrendamento, consoante as condições de mercado.
 - c) Em prédios rústicos ou mistos, não desenvolvendo investimento florestal, mas sim destinados a constituir uma clara aposta no desenvolvimento e alargamento de zonas urbanas.
 - d) Em participações em Sociedades Imobiliárias.
 - e) Em unidades de participação de outros organismos de investimento imobiliário

3. Acessoriamente, o Fundo pode investir a sua liquidez em numerário, depósitos bancários, certificados de depósito, unidades de participação de fundos de tesouraria e valores mobiliários emitidos ou garantidos por um Estado-Membro da Comunidade Europeia com prazo de vencimento residual inferior a 12 meses.
4. O Fundo poderá contrair dívida como forma de financiamento do seu ativo, sempre que o retorno esperado da(s) operação(ões) se mostre vantajoso para os participantes. O nível de endividamento não estará sujeito a qualquer limite.
5. O Fundo poderá utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco cambial e de taxa de juro, nos termos previstos do nº 2 do presente Capítulo.
6. Dentro da Política de Investimento, o Fundo não estará limitado nos seguintes itens, pelo que:
 - a) O investimento em prédios rústicos ou mistos pode ascender até 100% do ativo total do Fundo;
 - b) O Fundo poderá investir em projetos de construção um valor que pode atingir até 100% do seu ativo total;
 - c) O peso de um só imóvel poderá representar até 100% do ativo total do Fundo;
 - d) O Fundo pode manter, até 100% do seu ativo total, contratos de arrendamento com uma mesma entidade.
7. Os investimentos realizados neste tipo de ativos ficarão limitados a Portugal, não estando, todavia, condicionados a limites de concentração geográfica.

ARTIGO 9º

(Parâmetros de Referência (benchmark))

Na gestão do Fundo não é adotado nenhum parâmetro de referência.

ARTIGO 10º

(Limites ao Investimento)

1. Limites de investimento a observar pelo Fundo:
 - a) Imóveis e ativos equiparáveis (limite mínimo): 66,66% do ativo total do Fundo.

- b) Unidades de participação de outros fundos de investimento imobiliário (limite máximo): 25,00% do ativo total do Fundo;
 - c) Participações em sociedades imobiliárias (limite máximo): 25,00% do ativo total do Fundo.
2. Limites de investimento a observar pela Entidade Gestora:
- a) Unidades de participação de um Fundo de Investimento Imobiliário (limite máximo): 25% com relação ao conjunto dos Fundo que administre.

ARTIGO 11º

(Limites de Endividamento)

O Fundo poderá contrair dívida como forma de financiamento do seu ativo, sempre que o retorno esperado da operação se mostre vantajoso para os Participantes. O nível de endividamento não estará sujeito a qualquer limite.

ARTIGO 12º

(Características Especiais do Organismo de Investimento Coletivo)

O Fundo pode investir em prédios rústicos ou mistos.

ARTIGO 13º

(Instrumentos Financeiros Derivados e Operações de Reporte ou Empréstimo)

1. A Entidade Gestora só pode utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco cambial e de taxa de juro.
2. A exposição resultante aos ativos subjacentes dos instrumentos financeiros derivados terá como limite máximo o valor do ativo total do Fundo, podendo o Fundo estar exposto a uma única contraparte.
3. A exposição resultante aos ativos subjacentes dos instrumentos financeiros derivados não pode ser superior ao valor do património líquido do Fundo.

ARTIGO 14º

(Valorização dos Ativos)

1. A Entidade Gestora calculará no último dia útil de cada mês, às dezassete horas e trinta minutos, e com referência ao último dia desse mês, o valor da unidade de participação

dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

2. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira, independentemente do seu pagamento, efetuando a Entidade Gestora a dedução da seguinte forma sequencial:
 - a) Dedução ao património do Fundo todos os encargos legais e regulamentares, com exceção dos referentes às comissões de gestão e depósito e à taxa de supervisão;
 - b) Dedução, em simultâneo, da comissão de gestão fixa e da comissão de depósito;
 - c) Dedução da comissão de gestão variável, caso aplicável; e
 - d) Dedução da taxa de supervisão devida à CMVM.
3. O cálculo do valor dos imóveis é feito pela média simples dos valores atribuídos por dois peritos avaliadores de imóveis, estando sujeitos a avaliações com uma periodicidade mínima de doze meses, nas seguintes situações:
 - a) Previamente à sua aquisição e alienação, não podendo a data de referência da avaliação do imóvel ser superior a seis meses relativamente à data do contrato em que é fixado o preço da transação;
 - b) Sempre que ocorram circunstâncias suscetíveis de induzir alterações significativas no valor do imóvel, nomeadamente a alteração da classificação do solo;
 - c) Previamente a qualquer aumento ou redução de capital, com uma antecedência não superior a seis meses, relativamente à data de realização do aumento ou redução;
 - d) Previamente à fusão e cisão do Fundo, caso a última avaliação dos imóveis que integrem os respetivos patrimónios tenha sido realizada há mais de seis meses relativamente à data de produção de efeitos da fusão ou cisão.
 - e) Previamente à liquidação em espécie do Fundo, com uma antecedência não superior a seis meses, relativamente à data de realização da liquidação.
 - f) Nos projetos de construção, projetos de reabilitação e obras de melhoramento, ampliação e requalificação de imóveis de montante significativo, ou seja, quando representam pelo menos 50% do valor final do imóvel, são avaliados:
 - i. Previamente ao início do projeto;

- ii. Sempre que ocorram circunstâncias suscetíveis de induzir alterações significativas no valor do imóvel, ou seja, que corresponda a uma incorporação de valor superior a 20%, relativamente ao custo inicial estimado do projeto;
 - iii. Em caso de aumento ou redução de capital, de fusão, de cisão ou de liquidação, com uma antecedência máxima de três meses.
- 4. Em derrogação da valorização pela média simples dos valores atribuídos pelos dois peritos avaliadores, os imóveis são valorizados pelo respetivo custo de aquisição, desde o momento em que passam a integrar o património do Fundo e até que ocorra uma avaliação exigida de acordo com o previsto no nº 3 do presente artigo.
- 5. Caso os valores atribuídos pelos dois peritos avaliadores difiram entre si em mais de 20%, por referência ao valor menor, o imóvel em causa é novamente avaliado por um terceiro perito avaliador de imóveis, sendo o imóvel, neste caso, valorizado pela média simples dos dois valores de avaliação que sejam mais próximos entre si ou pelo valor da terceira avaliação caso corresponda à média das anteriores.
- 6. Os imóveis adquiridos em regime de compropriedade são inscritos no ativo do Fundo na proporção da parte por este adquirida, respeitando a regra constante do nº 4 do presente artigo.
- 7. Os imóveis adquiridos em regime de permuta são avaliados nos termos do n.º 4 do presente artigo, sendo a responsabilidade decorrente da respetiva contrapartida, inscrita no passivo do Fundo.
- 8. Os imóveis prometidos vender são valorizados ao preço constante do contrato-promessa de compra e venda, atualizado pela taxa de juro adequada ao risco da contraparte quando, cumulativamente:
 - a) O Fundo:
 - i. receba tempestivamente, nos termos do contrato-promessa, os fluxos financeiros associados à transação;
 - ii. transfira para o promitente adquirente os riscos e vantagens da propriedade do imóvel;
 - iii. transfira a posse para o promitente adquirente.
 - b) O preço da promessa de venda seja objetivamente quantificável;
 - c) Os fluxos financeiros em dívida, nos termos do contrato-promessa, sejam quantificáveis.

9. São definidos por regulamento da CMVM os requisitos de competência e independência dos peritos avaliadores no âmbito da atividade desenvolvida para efeitos do presente regulamento de gestão, os critérios e normas técnicas de avaliação dos imóveis, o conteúdo dos relatórios de avaliação e as condições de divulgação destes relatórios ou das informações neles contidas, bem como do seu envio à CMVM..
10. As unidades de participação de outros fundos de investimento que integrem o património do Fundo, designadamente as unidades de participação de organismos de investimento do mercado monetário ou do mercado monetário de curto prazo ou de outro organismo de investimento imobiliário, serão valorizados ao último valor divulgado ao mercado pela respetiva Entidade Gestora, conforme dispostos no número 1 e 10 do artigo 32º do Regulamento da CMVM nº 2/2015, exceto no caso de unidades de participação admitidas à negociação em mercado regulamentado às quais se aplica o disposto no número seguinte.
11. No caso de instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado serão valorizados ao preço de fecho ou preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos a negociação. Caso os preços praticados em mercado regulamentado não sejam considerados representativos, são utilizadas: (i) as ofertas de compra firmes de entidades especializadas que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos previstos nos artigos 20º e 21º do Código de Valores Mobiliários, com a entidade responsável pela gestão; (ii) o valor médio das ofertas de compra, sendo apenas elegíveis as médias que não incluam valores resultantes de ofertas das entidades anteriormente referidas ou cuja composição e critérios de ponderação sejam reconhecidos. Se for o caso serão utilizados modelos de avaliação independentes, utilizados e reconhecidos nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
12. Os instrumentos financeiros não referidos no nº 10 deste artigo e que não sejam negociados em mercado regulamentado, são valorizados nos termos do artigo 32º do Regulamento da CMVM nº 2 /2015.
13. O valor das unidades de participação do Fundo é calculado e divulgado mensalmente em todos os locais e meios de comercialização.
14. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da

valorização da carteira, reportando-se este cálculo para valores mobiliários, às cotações do último fecho de sessão de bolsa.

15. O câmbio a utilizar na conversão dos ativos do Fundo, expressos em moeda estrangeira, será o câmbio de divisas divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal do dia a que se refere a valorização.
16. O valor da unidade de participação calculado no último dia de cada mês poderá ser, superior, inferior ou igual ao do mês anterior. A oscilação do valor da unidade de participação é função da variação do preço dos ativos que compõem a carteira do Fundo.

ARTIGO 15º

(Comissões e encargos a suportar pelo Fundo)

1. Comissão de Gestão - Sem prejuízo de outros direitos que lhe sejam atribuídos por lei ou por este regulamento, a Entidade Gestora tem direito a cobrar mensal e postecipadamente uma Comissão de Gestão calculada sobre o valor do ativo total do Fundo (“VA”), apurado com referência ao último dia de cada mês, a suportar pelo Fundo e destinada a cobrir todas as despesas de gestão.
2. O cálculo da Comissão de Gestão iniciar-se-á e produzirá efeitos a partir do primeiro dia de início de atividade conforme a seguinte tabela de aplicação parcelar (As taxas indicadas correspondem a taxas nominais anuais ou anuidades. Os débitos da comissão de gestão serão efetuados numa base mensal e cobrados até ao décimo dia do mês seguinte relativamente ao período a que dizem respeito – correspondentes a duodécimos daquela base anual - com um valor mínimo de 4.500€ /mês, aplicando-se ainda taxas marginais para as parcelas referidas):

Entre 09-03-2009 e 31-05-2016

| Taxa anual % | VA |
|-----------------|------------------------------|
| 4.500 € / mês* | ≤ 10,000.000 |
| 0,3% | 10,000,000 < VA ≤ 20,000,000 |
| 0,25% | 20,000,000 < VA ≤ 30,000,000 |
| 0,2% | 30,000,000 < VA ≤ 40,000,000 |
| 0,15% | 40,000,000 < VA ≤ 50,000,000 |
| 0,10% | VA > 50,000,000 |

(*) – Aplica-se um valor fixo no montante de 4.500€/Mês

Entre 01-06-2016 e 31-05-2017

| Taxa anual % | VA |
|-----------------|------------------------------|
| 3.825 € / mês* | ≤ 10,000.000 |
| 0,2550% | 10,000,000 < VA ≤ 20,000,000 |
| 0,2125% | 20,000,000 < VA ≤ 30,000,000 |
| 0,1700% | 30,000,000 < VA ≤ 40,000,000 |
| 0,1275% | 40,000,000 < VA ≤ 50,000,000 |
| 0,0850% | VA > 50,000,000 |

(*) – Aplica-se um valor fixo no montante de 3.825€/Mês

A partir de 01-06-2017

| Taxa anual % | VA |
|-----------------|------------------------------|
| 4.500 € / mês* | ≤ 10,000.000 |
| 0,3% | 10,000,000 < VA ≤ 20,000,000 |
| 0,25% | 20,000,000 < VA ≤ 30,000,000 |
| 0,2% | 30,000,000 < VA ≤ 40,000,000 |
| 0,15% | 40,000,000 < VA ≤ 50,000,000 |
| 0,10% | VA > 50,000,000 |

(*) – Aplica-se um valor fixo no montante de 4.500€/Mês

3. Comissão de Depósito - Sem prejuízo de outros direitos que lhe sejam atribuídos por lei ou por este regulamento, o Depositário tem direito a cobrar ao Fundo, pelos seus serviços, uma comissão (taxas anuais nominais):
 - a) Entre 09-03-2009 e 31-05-2016: 0,05%, com um mínimo de 500 €/mês.
 - b) Entre 01-06-2016 e 31-05-2017: 0,0425%, com um mínimo de 425 €/mês.
 - c) A partir de 01-06-2017: 0,05%, com um mínimo de 500 €/mês.
4. A comissão de depósito é calculada sobre o valor do ativo do Fundo e apurada por referência ao último dia de cada mês.
5. A comissão de depósito é cobrada trimestralmente.
6. Para além da Comissão de Gestão e da Comissão de Depósito e de todas as despesas e encargos previstos na lei e no presente Regulamento de Gestão, o Fundo suportará todas as despesas, encargos e responsabilidades, relativas ou decorrentes da aquisição, alienação, construção, manutenção e arrendamento de imóveis do Fundo ou conexas com operações sobre valores mobiliários por conta do Fundo, as relativas ou

decorrentes da administração dos ativos do Fundo, bem como as relativas ou decorrentes da conceção e execução de projetos de desenvolvimento imobiliário relativos aos ativos do Fundo, nomeadamente:

- i. Todas as despesas notariais e registrais e outros encargos legalmente exigidos;
- ii. Impostos, licenças, taxas e demais imposições legais;
- iii. Preparos, custas e outras despesas judiciais referentes a processos a que o Fundo esteja envolvido;
- iv. Todas as despesas com honorários de advogados e solicitadores;
- v. Comissões de mediação imobiliária, relativamente a negócios que se concretizem para o Fundo, que não poderão, no entanto, exceder 7,5% do valor da transação subjacente;
- vi. Todos os encargos e despesas relativos à conservação e manutenção dos ativos que integram o Fundo, incluindo as despesas relativas à projeção e execução de benfeitorias e/ou despesas de manutenção;
- vii. Todos os encargos com elaboração de projetos, fiscalização de obras e outros custos subjacentes à promoção imobiliária de imóveis pertencentes ao Fundo ou relativamente a negócios concretizados para o Fundo;
- viii. Os encargos com todos e quaisquer seguros relativos aos imóveis do Fundo, nomeadamente um seguro de edificação do prédio, a ser contratado pela Entidade Gestora.
- ix. Despesas referentes a avaliações e pareceres técnicos nomeadamente relativos à aquisição, desenvolvimento e alienação de bens patrimoniais, relativamente a negócios concretizados para o Fundo, bem como reavaliações a efetuar nos termos legais;
- x. Despesas com publicações obrigatórias;
- xi. Despesas com os Auditores e Revisores Oficiais de Contas exigidas por lei;
- xii. Campanhas publicitárias realizadas com o objetivo de promoção, publicidade e comercialização dos ativos imobiliários do Fundo;
- xiii. Despesas de condomínio, incluindo água, eletricidade, esgotos, segurança, vigilância, jardinagem, manutenção e conservação de equipamentos, administração de condomínio dos ativos imobiliários do Fundo;
- xiv. Despesas com transferências que não sejam devidas ao Depositário, conversões cambiais, transações no mercado de capitais e no mercado monetário;
- xv. Despesas relativas à convocatória e realização das Assembleias de Participantes;
- xvi. A taxa de Supervisão devida, nos termos legais à CMVM, calculada sobre o Valor Líquido Global do Fundo, correspondente ao último dia do mês.

7. Tabela de encargos correntes do FUNDO durante o ano de 2018:

| ENCARGOS | VALOR | % VLGF ⁽¹⁾ |
|------------------------------------|---------|-----------------------|
| Comissão de Gestão | 54.000 | 1,1800% |
| Comissão de depósito | 6.000 | 0,1311% |
| Taxa de supervisão | 2.400 | 0,0524% |
| Custos de auditoria | 1.784 | 0,0390% |
| Custos de avaliação | 0 | 0 |
| Outros encargos correntes | 90,77 | 0,0020% |
| TOTAL (Valor) | 64.274 | |
| TAXA DE ENCARGOS CORRENTES (%VLGF) | 1,4045% | |

Nota: ⁽¹⁾ Média relativa ao período de referência

ARTIGO 16º**(Política de distribuição de rendimentos)**

1. O Fundo não distribui rendimentos, revestindo a característica de fundo de capitalização, pelo que os rendimentos das aplicações do Fundo, no caso de existirem, serão reinvestidos.
2. A Entidade Gestora poderá, contudo, quando o interesse dos participantes o recomendar, proceder à distribuição de rendimentos das aplicações do Fundo desde que tal seja aprovado em assembleia de participantes.

Capítulo III**Unidades de Participação e Condições de Subscrição, Transferência, Resgate ou Reembolso****ARTIGO 17º****(Características Gerais das Unidades de Participação)**

1. O património do organismo de investimento coletivo é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação.

2. As unidades de participação podem ser representadas por certificados de uma ou mais unidades de participação ou adotar a forma escritural, sendo admitido o seu fracionamento para efeitos de subscrição, transferência, resgate ou reembolso.
3. As unidades de participação não serão negociadas em mercado regulamentado nem em sistema de negociação multilateral;

ARTIGO 18º

(Valor da Unidade de Participação)

1. O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do Fundo foi de € 100,00 (cem euros).
2. Dado tratar-se de um fundo fechado, só podem ser realizadas subscrições em aumentos de capital. O valor de subscrição das Unidades de Participação resultantes do aumento de capital será feito pelo valor patrimonial do dia da liquidação do pedido de subscrição.
3. Dado tratar-se de um fundo fechado, só podem ser realizados resgates em reduções de capital ou na liquidação do Fundo. O valor de resgate das Unidades de Participação resultantes da redução de capital ou da liquidação do Fundo será feito pelo valor patrimonial do dia da liquidação do resgate ou da liquidação do Fundo.

ARTIGO 19º

(Períodos de Subscrição e Resgates)

1. No ato de constituição do Fundo, o período de subscrição obedeceu à seguinte condição:
 - a) Decorreu entre o primeiro e o centésimo septuagésimo nono dia subsequente à notificação de autorização por parte da CMVM.
 - b) Se o montante da oferta estivesse integralmente colocado num prazo inferior ao prazo da oferta acima mencionado, o Fundo encerraria o período de subscrição, ocorrendo a liquidação financeira no primeiro dia útil após o encerramento da oferta.
 - c) As subscrições subsequentes assumir-se-ão como efetivas no dia útil seguinte ao da data do termo do período de aumento de capital, com base no valor da unidade de participação do dia da subscrição.

ARTIGO 20º**(Subscrições e Resgates em Numerário ou em Espécie)**

1. Não foi prevista a liquidação em espécie no ato de subscrição inicial.
2. Subscrições subsequentes só podem ser realizadas em caso de aumentos de capital, após deliberação da Assembleia de Participantes e comunicação à CMVM, pelo que a subscrição assumir-se-á como efetiva quando a importância correspondente ao preço de emissão for integrado no ativo do Fundo, ou seja, no dia útil seguinte ao da data do termo do período de aumento de capital, com base no último valor divulgado para a unidade de participação.
3. Na liquidação do Fundo o reembolso das unidades de participação deve ocorrer no máximo de um ano a contar da data de início da liquidação do Fundo. Poderá proceder-se à liquidação em espécie mediante autorização de todos os participantes.

ARTIGO 21º**(Condições de Subscrição)**

1. O número mínimo de unidades de participação a subscrever é o correspondente ao montante de € 15.000,00 (quinze mil euros).
2. Não será cobrada comissão de subscrição.
3. A subscrição assumir-se-á como efetiva quando a importância correspondente ao preço de emissão for integrado no ativo do Fundo, ou seja, no dia útil seguinte ao da data do termo do período de aumento de capital, com base no valor da unidade de participação do dia da subscrição.

ARTIGO 22º**(Condições de Resgate)**

1. Não será cobrada comissão de resgate.
2. A eventual alteração das comissões de resgate ou o agravamento das condições de cálculo da mesma só se aplica aos participantes que adquiram essa qualidade após a sua autorização.

3. Se na Assembleia de Participantes for deliberada a prorrogação do prazo de duração do Fundo, o reembolso aos subscritores que a tenham votado desfavoravelmente será efetuado 5 dias úteis a contar da data considerada como final do período inicialmente previsto de duração do Fundo, com base no último valor divulgado para a unidade de participação.
4. Caso se torne necessário a venda de valores imobiliários para se proceder ao reembolso, este só terá lugar 5 dias úteis após a concretização da venda, não podendo, no entanto, exceder um ano após a data do pedido.

Capítulo IV

Direitos e Obrigações dos Participantes

ARTIGO 23º

(Direitos e Obrigações dos Participantes)

1. A qualidade de participante do Fundo adquire-se no momento da subscrição efetiva das unidades de participação, ou na respetiva aquisição, e cessa no momento da extinção das unidades de participação no âmbito da operação de reembolso, liquidação ou fusão, ou da alienação das unidades de participação.
2. A subscrição de unidades de participação implica a aceitação do presente Regulamento de Gestão e confere à Entidade Gestora os poderes necessários para realizar os atos de administração do Fundo, considerando-se que o mandato dos participantes é atribuído pela simples subscrição das unidades de participação e mantém-se inalterado enquanto a participação perdurar.
3. Os participantes adquirem os seguintes direitos:
 - a) À titularidade da sua quota-parte dos valores que integram o Fundo;
 - b) A obterem o presente Regulamento de Gestão, junto da Entidade Gestora e do Depositário, previamente à subscrição;
 - c) A consultarem o relatório e contas anual do Fundo, que será enviado sem encargos aos participantes que o requeiram;

- d) A subscreverem e resgatarem as unidades de participação nos termos da lei e nas condições constantes do presente Regulamento de Gestão;
- e) A receberem a sua quota-parte da parcela dos rendimentos líquidos do Fundo que forem distribuídos em conformidade com o presente Regulamento de Gestão;
- f) A receberem a sua quota-parte do Fundo em caso de liquidação do mesmo, na proporção das unidades de participação detidas;
- g) A serem ressarcidos pela Entidade Gestora, num período não superior a 30 (trinta) dias após a completa quantificação do erro, mas nunca num prazo superior a 60 (sessenta) dias após a sua deteção, dos prejuízos sofridos sempre que, em consequência de erros imputáveis àquela, ocorridos no processo de valorização e divulgação do valor da unidade de participação, a diferença entre o valor que deveria ter sido apurado de acordo com as normas aplicáveis e o valor efetivamente utilizado nas subscrições e reembolsos seja igual ou superior a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da unidade de participação, sem prejuízo do exercício do direito de indemnização que lhe seja reconhecido, nos termos gerais de direito;
- h) A requererem a liquidação do FUNDO, nos termos da lei e nas condições fixadas neste Regulamento;
- i) A reunirem e votarem em Assembleias de Participantes.

5. Tratamento de Dados Pessoais

- a) De modo a garantir a adequada gestão do Fundo e por ordem ao cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares a que a Entidade Gestora está adstrita no âmbito da sua atividade de gestão de fundos de investimento imobiliário, os Participantes subscritores fornecem e autorizam o tratamento pela Entidade Gestora e/ou entidade por si subcontratada dos seus dados pessoais, nomeadamente, nome, morada, idade, data de nascimento, número de documento de identidade, número de contribuinte fiscal, telefone e endereço eletrónico.
- b) O Participante em qualquer momento poderá requerer o acesso aos seus dados, assim como requerer a sua retificação, por solicitação escrita ou pessoal, junto da Entidade Gestora, utilizando para tanto o endereço eletrónico dpo@gnbga.pt e ou o endereço postal Rua Castilho 26, 4º Andar, 1250-069 Lisboa..
- c) Além do estabelecido nesta cláusula, a Entidade Gestora garante que cumpre todas as obrigações que para si resultam das leis de proteção de dados pessoais nomeadamente todo o disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção

de Dados). Caso, outra legislação venha a substituir e/ou revogar total ou parcialmente a legislação mencionada, a Entidade Gestora adaptará os seus procedimentos de modo a poder cumprir com tudo o que vier a ser estipulado.

d) Toda a informação detalhada e completa sobre o tratamento de dados pessoais do Participante encontra-se em anexo distribuído juntamente com o presente documento, bem como no sítio da internet www.gnbga.pt.

ARTIGO 24º

(Assembleia de Participantes)

Na Assembleia de Participantes têm direito de participar todos os detentores de unidades de participação do Fundo, cabendo a cada participante tantos votos como quantas as unidades que possuir.

- Compete à Entidade Gestora a convocação da Assembleia de Participantes por carta registada com aviso de receção, com o mínimo de trinta dias de antecedência, sem prejuízo da aplicação do disposto no número 1 do art.º 54º do Código das Sociedades Comerciais.
- A Assembleia de Participantes poderá deliberar desde que estejam presentes ou representados participantes que detenham pelo menos dois terços das unidades de participação do Fundo. As deliberações serão tomadas quando aprovadas por maioria absoluta de votos representados na Assembleia, sem prejuízo do disposto no Capítulo V.
- Compete à Assembleia de Participantes, sem prejuízo das competências da Entidade Gestora, pronunciar-se e deliberar sobre as seguintes matérias:
 - O aumento das comissões que constituem encargos do Fundo;
 - A modificação substancial da política de investimentos do Fundo;
 - A modificação da política de distribuição dos resultados do Fundo;
 - O aumento e redução do capital do Fundo;
 - A prorrogação do prazo de duração do Fundo;
 - A substituição da Entidade Gestora;
 - Liquidações em espécie;
 - A liquidação do Fundo, nos termos previstos no presente Regulamento de Gestão.

ARTIGO 25º
(Comité Consultivo)

- 1 O Fundo tem um Comité Consultivo, com carácter meramente consultivo, composto por representantes designados pelos participantes em assembleia de participantes e por igual número de elementos designados pela Entidade Gestora.
- 2 Competirá à Entidade Gestora, por sua iniciativa, a convocação do Comité Consultivo, mediante o envio de carta registada com aviso de receção a cada um dos membros do Comité Consultivo com a antecedência mínima de 8 dias relativamente à data da respetiva realização.
- 3 O Comité Consultivo emitirá o parecer assente num mínimo de dois terços dos seus membros.
- 4 Competirá ao Comité Consultivo *inter alia*:
 - Acompanhar as atividades da Entidade Gestora, nomeadamente a tomada de decisões quanto a investimentos e desinvestimentos relevantes do Fundo e tomada de decisões quanto a financiamentos;
 - Apreciar as informações que a Entidade Gestora presta sobre o andamento dos processos de promoção e construção imobiliária;
 - Dar parecer, em matéria de investimentos, sempre que tal lhe for solicitado pela Entidade Gestora.

Capítulo V
Condições de Liquidação do Fundo

ARTIGO 26º
(Condições de Liquidação do Fundo)

1. Quando os participantes do Fundo assim o exigirem por deliberação em assembleia, de participantes aprovada por maioria de 75% dos votos correspondentes à totalidade das participações, deverá a Entidade Gestora proceder à liquidação e partilha do Fundo, procedendo de imediato à comunicação do facto à CMVM e à respetiva

publicação, no sistema de difusão de informação da CMVM, indicando o prazo previsto para o termo do processo de liquidação.

2. O reembolso das unidades de participação deve ocorrer no máximo de um ano a contar da data de início da liquidação do Fundo.
3. Poderá proceder-se à liquidação em espécie mediante autorização da totalidade dos participantes.

Capítulo VI

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

ARTIGO 27º

(Valor da Unidade de Participação)

1. O valor das unidades de participação é divulgado, nos locais estabelecidos para a colocação do Fundo, isto é na sede da Entidade Gestora e no balcão da sede do Depositário, no dia seguinte ao do seu apuramento, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.
2. É ainda publicado mensalmente no sistema de difusão de informação da CMVM.
3. O valor da unidade de participação é calculado e divulgado mensalmente com referência ao último dia de cada mês.

ARTIGO 28º

(Divulgação da Composição da Carteira)

A Entidade Gestora divulgará mensalmente, no Sistema de Difusão de Informação da CMVM, a discriminação dos valores que integram o património do Fundo, bem como o respetivo valor líquido global e o número de unidades de participação em circulação, em harmonia com as normas emitidas pela CMVM.

ARTIGO 29º

(Documentação do Fundo)

1. Toda a documentação relativa ao Fundo poderá ser solicitada junto da Entidade Gestora, bem como na sede do Banco Depositário.

2. Cabe à Entidade Gestora preparar e divulgar relatórios da atividade e das contas do Fundo e publicitar outras informações periódicas nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis.
3. Cabe ainda à Entidade Gestora publicar, até 30 de abril de cada ano, no sistema de difusão de informação da CMVM, aviso para dar conta de que os documentos de prestação de contas, compreendendo o relatório de gestão, as contas e o relatório de auditoria, se encontram à disposição para consulta do público na sua sede e no balcão da sede do Depositário, e de que os mesmos serão enviados sem encargos aos participantes que o requeiram.
4. O presente Regulamento de Gestão e as respetivas alterações estarão igualmente disponíveis na sede da Entidade Gestora e no balcão da sede do Depositário.

Capítulo VII

CONTAS DO Fundo

ARTIGO 30º

(Relatório e Contas do Fundo)

As contas do FUNDO são organizadas de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, sendo encerradas no dia 31 de dezembro de cada ano, sendo o respetivo Relatório Anual publicado nos 4 (quatro) meses seguintes a essa data.

Capítulo VIII

REGIME FISCAL

ARTIGO 31º

(Regime Fiscal)

Tributação do organismos de investimento coletivo (OIC)/Fundo

1. Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)

O organismo de investimento coletivo (OIC) / Fundo é tributado à taxa geral de IRC (21% em 2015), sobre o seu lucro tributável, o qual corresponde ao resultado líquido do exercício, deduzido dos rendimentos (e gastos) de capitais, prediais e mais-valias obtidas, bem como dos rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam a seu favor.

As mais-valias de imóveis adquiridos antes de 1 de julho de 2015 são tributadas nos termos do regime em vigor até 30 de junho de 2015 na proporção correspondente ao período de detenção daqueles ativos até 30 de junho de 2015, enquanto que as mais-valias apuradas com os restantes ativos adquiridos antes de 1 de julho de 2015 são tributadas nos termos do regime em vigor até 30 de junho de 2015, considerando-se, para este efeito, como valor de realização, o valor de mercado a 30 de junho de 2015.

O Fundo está, ainda, sujeito às taxas de tributação autónoma em IRC legalmente previstas, mas encontra-se isento de qualquer derrama estadual ou municipal.

Adicionalmente, pode deduzir os prejuízos fiscais apurados aos lucros tributáveis, caso os haja, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores. A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

2. Imposto do Selo

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo, à taxa de 0,0125% (apenas no caso de Fundos que não invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos).

Tributação dos participantes

No que diz respeito à tributação dos participantes, o regime fiscal aplicável assenta numa lógica de “tributação à saída”.

A tributação, ao abrigo do novo regime, incide apenas sobre a parte dos rendimentos gerados a partir de 1 de julho de 2015. Assim, a valia apurada no resgate ou transmissão onerosa da unidade de participação é dada pela diferença entre o valor de realização e o valor de aquisição/subscrição da unidade de participação, exceto quanto a unidades de participação adquiridas/subscritas antes de 1 de julho de 2015, em que a valia apurada no

resgate ou transmissão onerosa da unidade de participação, é dada pela diferença entre o valor de realização e o valor da unidade de participação que reflita os preços de mercado de 30 de junho de 2015 (salvo se o valor de aquisição tiver sido superior).

1. Pessoas singulares

a) Residentes (i.e., titulares de unidades de participação residentes em território português)

i. Rendimentos obtidos fora do âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola.

Os rendimentos distribuídos pelo Fundo e os rendimentos obtidos com o resgate de unidade de participação e que consistam numa mais-valia estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa liberatória de 28%, podendo o participante optar pelo seu englobamento.

Os rendimentos obtidos com a transmissão onerosa de unidades de participação estão sujeitos a tributação autónoma, à taxa de 28%, sobre a diferença positiva entre as mais e as menos valias do período de tributação.

ii. Rendimentos obtidos no âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola.

Os rendimentos distribuídos pelo Fundo estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa liberatória de 28%, tendo a retenção na fonte a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final.

Os rendimentos obtidos com o resgate e com a transmissão onerosa de unidades de participação concorrem para o lucro tributável, aplicando-se as regras gerais dos Códigos de IRC e de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).

b) Não residentes

Os rendimentos distribuídos pelo Fundo e os rendimentos obtidos com o resgate de unidades de participação são sujeitos a retenção na fonte à taxa liberatória de 10%.

Os rendimentos obtidos com a transmissão onerosa de unidades de participação são sujeitos a tributação autónoma à taxa de 10%.

Os rendimentos obtidos estão isentos de IRS.

Quando os titulares pessoas singulares sejam residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, os rendimentos decorrentes das unidades de participação são sujeitos a tributação, por retenção na fonte, à taxa de 35% no caso dos rendimentos de capitais e à taxa de 28% no caso dos rendimentos obtidos com as operações de resgate das unidades de participação, ou via tributação autónoma, à taxa de 28%, no caso de rendimentos decorrentes da transmissão onerosa da unidade de participação.

2. Pessoas coletivas

a) Residentes

Os rendimentos distribuídos pelo Fundo estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa de 25%, tendo o imposto retido a natureza de imposto por conta.

Por outro lado, os rendimentos obtidos com o resgate ou a transmissão onerosa de unidades de participação concorrem para o apuramento do lucro tributável, nos termos do Código do IRC.

Os rendimentos obtidos por pessoas coletivas isentas de IRC estão isentos de IRC, exceto quando auferidos por pessoas coletivas que beneficiem de isenção parcial e respeitem a rendimentos de capitais, caso em que os rendimentos distribuídos são sujeitos a retenção na fonte, com carácter definitivo, à taxa de 25%.

b) Não residentes

Os rendimentos distribuídos pelo Fundo, enquanto rendimentos de capitais, bem como os rendimentos decorrentes de operações de resgate de unidades de participação, estão sujeitos a retenção na fonte, a título definitivo, de 10%.

Os rendimentos obtidos com a transmissão onerosa de unidades de participação estão sujeitos a tributação autónoma, à taxa de 10%.

Os rendimentos obtidos com as unidades de participação são isentos de IRC.

No caso de titulares pessoas coletivas residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, os rendimentos decorrentes das unidades de participação estão sujeitos a tributação à taxa de 35%, por retenção na fonte, no caso dos rendimentos distribuídos, ou tributação autónoma à taxa de 25%, no caso de rendimentos auferidos com o regaste ou com a transmissão onerosa da unidade de participação.

Quando se tratem de titulares pessoas coletivas não residentes que sejam detidas, direta ou indiretamente, em mais de 25% por entidades ou pessoas singulares residentes em território nacional, os rendimentos decorrentes das unidades de participação estão sujeitos a tributação, por retenção na fonte, à taxa de 25%.

O REGIME FISCAL AQUI DESCRITO NÃO DISPENSA A CONSULTA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR NEM REPRESENTA QUALQUER GARANTIA QUE O MESMO SE MANTENHA ESTÁVEL PELO PERÍODO DE INVESTIMENTO.